



São José da Bela Vista/SP

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015

CÉLIA MARIA FERRACIOLI DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL

LUZIANE CARVALHO DE MENEZES MUSETI
GESTOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Comissão Coordenadora do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Educação constituída pelo Decreto nº 1671 de 24 de novembro de 2014, para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Equipe técnica

Elisabete Balan Isaac

Cláudio Donizeti Beenetti Dinardi

Maria de Fátima Prado Veloso Furtado

Luziane Carvalho de Menezes Museti

Fábio Sávio de Melo

Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação

Landi Elen Elias dos Santos – Ensino Superior

Maria de Fátima Prado Veloso Furtado – Gestor Municipal

Dilac Maria Molina Silveira – Gestor Estadual

Francini Cristina Pereira da Silva – Professor Público Municipal

Simone Aparecida Gonçalves Galego- Professor Público Estadual

Letícia Siqueira Crespo – Professor Público da Educação Infantil

Elsa Aparecida Ribeiro- Professor Público da Pré-Escola

Elisabete Balan Isaac- Quadro Técnico Administrativo

Sônia Aparecida Gonçalves Alves do Nascimento - Representante dos Coordenadores Pedagógicos

Kelli Fernanda Murari Moura – Pai de Alunos

Maria Bernardete Leonel do Nascimento – Funcionário Público

David Nehemy Berteli – Conselho Municipal de Educação

Maria Paula Ravagnani – Departamento Financeiro

SUMÁRIO

PALAVRAS DA PREFEITA DE SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	6
PALAVRAS DA GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	8
1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO	9
1.1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.....	9
1.2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	10
1.2.1. Aspectos demográficos.....	10
1.2.2. Características geográficas.....	11
1.2.3. Indicadores.....	11
1.3. PRODUÇÃO ECONÔMICA.....	13
1.3.1. Produção agropecuária.....	14
1.3.2. Agricultura familiar.....	15
1.4. MERCADO DE TRABALHO.....	16
1.5. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	17
1.6. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	18
1.7. INCLUSÃO PRODUTIVA.....	18
1.8. SAÚDE.....	20
1.9. FINANÇAS PÚBLICAS.....	21
1.10. RECURSOS HUMANOS.....	22
1.11. RECURSOS FINANCEIROS DA EDUCAÇÃO.....	23
2. PANORAMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO	24
2.1. INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	24
2.2. NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	26
2.3. PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS - PROFESSORES.....	26
2.4. JORNADA DE TRABALHO DOS PROFESSORES.....	27
2.5. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO.....	27
2.5.1. Alimentação escolar.....	27
2.5.2. Transporte escolar.....	28
3. METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	28
META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL.....	30

META 3 – ENSINO MÉDIO	33
META 4 – INCLUSÃO	34
META 5: ALFABETIZAÇÃO.....	37
META 6 – EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	39
META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA/IDEB	41
META 8 – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE	42
META 9 – ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	43
META 10 – EJA INTEGRADA	45
META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	46
META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR	46
META 13 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	47
META 14 – PÓS-GRADUAÇÃO	47
META 15 – PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	48
META 16 – FORMAÇÃO PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO.....	48
META 17 – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	50
META 18 – PLANOS DE CARREIRA	50
META 19 – GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	51
META 20 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	52
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	52
REFERÊNCIAS	53

PALAVRAS DA PREFEITA DE SÃO JOSÉ DA BELA VISTA

A elaboração do Plano Municipal de Educação representa um marco na história do município de São José da Bela Vista/SP e faz parte das ações em prol da educação de qualidade. A partir deste documento referencial, os cidadãos poderão apresentar e debater suas proposições políticas e pedagógicas, com vistas à consolidação de políticas públicas e de gestão da educação, demandadas pela sociedade belavistense. Essa dinâmicapolítico-pedagógica irá colaborar com as discussões dos programas, projetos e ações governamentais, tendo como objetivos reiterar o papel da educação como direito de todo cidadão, democratizar a gestão, garantir o acesso, permanência e conclusão com êxito das crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino da cidade de São José da Bela Vista/SP.

CÉLIA MARIA FERRACIOLI DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL

PALAVRAS DA GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O PME expressa, uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino. Não é um plano destinado a permanecer em arquivo, mas um plano cujas ações deverão ser empregadas diariamente, com o objetivo de oferecer, cada vez mais, uma educação de excelência à comunidade belavistense

Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014.

O documento, define o conjunto de metas e estratégias que orientarão as políticas educacionais do município para os próximos 10 anos,

Efetivamente, a elaboração do Plano Municipal de Educação representa um marco na história da cidade de São José da Bela Vista e faz parte das ações em prol da educação de qualidade do ensino que todos nós, belavistenses, almejamos.

LUZIANE CARVALHO DE MENEZES MUSETI
GESTOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação objetiva proporcionar educação com qualidade e responsabilidade social, diminuindo as desigualdades sociais e culturais, erradicar o analfabetismo, ampliar o nível de escolaridade da população e propiciar a qualificação para o trabalho.

Em síntese, o Plano Municipal de Educação, define as diretrizes para a gestão municipal, bem como, as metas para cada nível e modalidade de ensino atendido pelo poder público municipal, visando à formação, à valorização do magistério e demais profissionais da educação.

Consiste no propósito do Poder Público em desenvolver um conjunto de estratégias, com as quais atenderá às demandas educacionais para o período de 2015 a 2024.

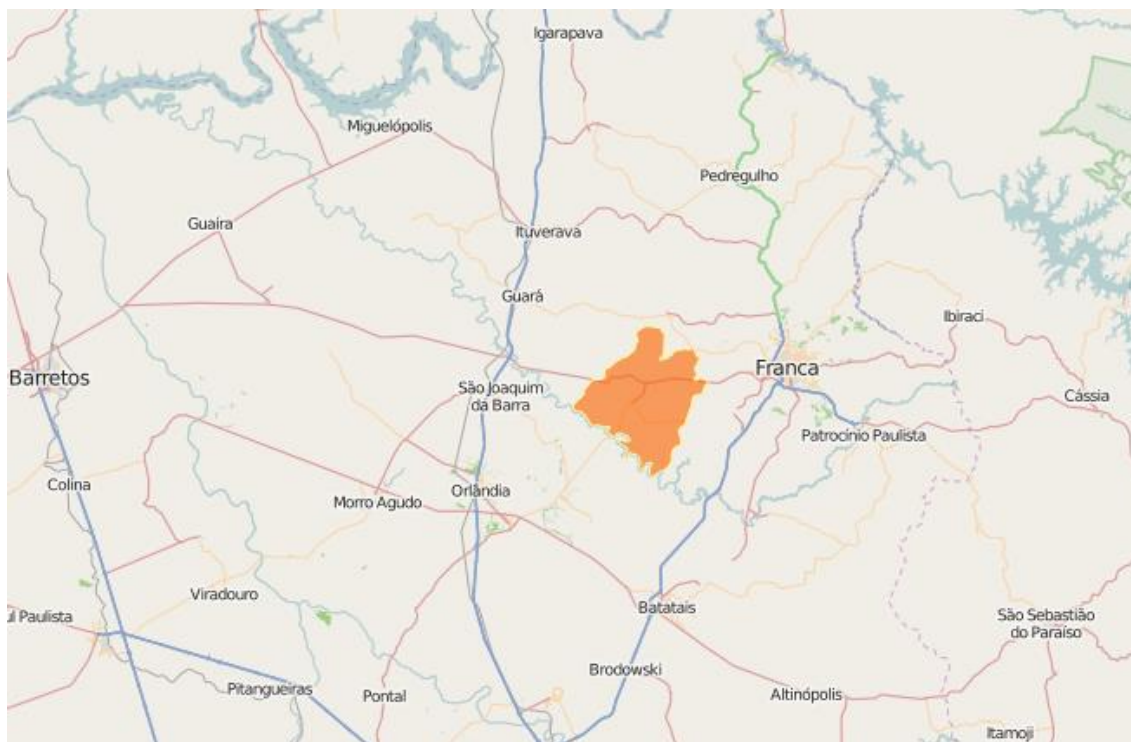
A elaboração de um Plano Municipal de Educação compete à secretaria Municipal de Educação, de acordo com a legislação vigente.

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO

1.1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

A história da cidade tem início no final do século XIX, no auge da cultura cafeeira, quando diversas famílias migraram para a região onde hoje está situada. No local, entre os ribeirões Buritis e Lageado, surgiu o povoado, então chamado São José das Pitangueiras. Ali foi construída uma capela em homenagem ao padroeiro São José. A data de fundação, 19 de março, coincide com a celebração do Padroeiro, sendo o aniversário da cidade comemorado, portanto, no dia de São José.

São José da Bela Vista, antigo distrito de Franca, recebeu status de município pela lei estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, com território desmembrado do município de Franca.



<http://www.cidades.ibge.gov.br/>

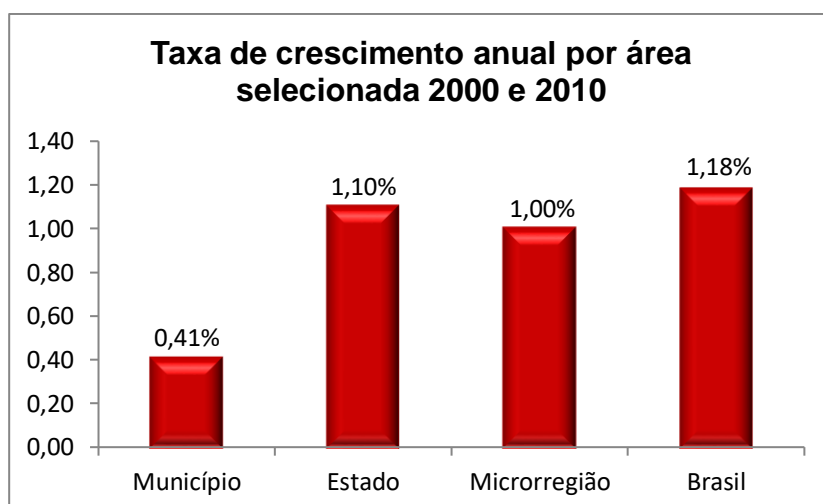
1.2.CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.2.1.Aspectos demográficos

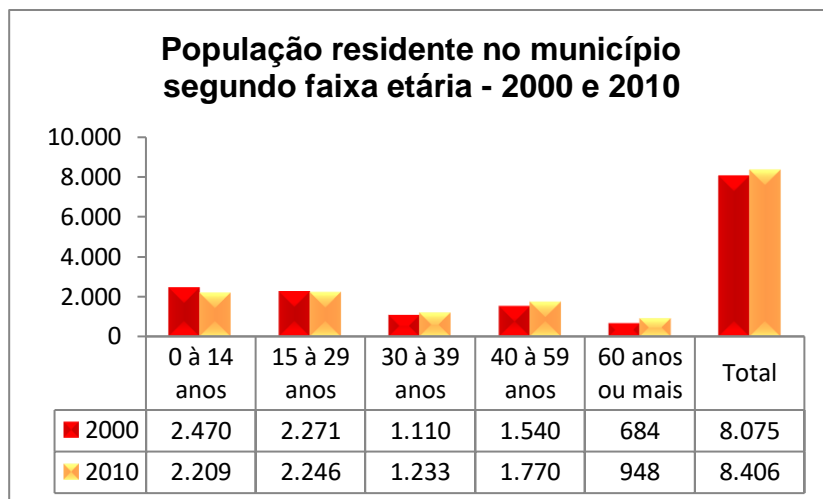
A população do município ampliou entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,43% ao ano, taxa esta superior à registrada no Estado e na região: 1,14% e 1,04% ao ano, respectivamente.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 86,3% e em 2010 passou a representar 89% do total.

A população idosa cresceu em média 3,31% ao ano e o segmento etário de 0 a 14 anos decresceu entre 2000 e 2010, uma média de -1,11% ao ano. Crianças e jovens representavam 30,6% da população em 2000, passando para 26,3%. A população na faixa etária de 15 a 59 anos cresceu em média 0,65% ao ano.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	População Total	População Urbana	População Rural
0-3	545	493	52
4-5	292	267	25
6-14	1.384	1.235	149
15-17	463	422	41
18-24	1.068	987	81
25-34	1.361	1.209	152
Mais de 35	3.293	2.872	421
Total	8.406	7.485	921

População (Fonte: IBGE/Censo Populacional 2010)

População urbana 7.485

População rural 921

Censo Populacional IBGE/2010

1.2.2. Características geográficas

Localiza-se a uma latitude de 20°35'35" sul e a uma longitude de 47°38'24" oeste, estando a uma altitude de 730 metros. Possui uma área de 276,964 km².

POPULAÇÃO: 8.406 hab. Censo IBGE/2010

DENSIDADE: 30,35 hab/ km²

FUSO HORÁRIO: UTC – 3

1.2.3. Indicadores

Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São José da Bela Vista foi de 0,693, em 2010, o que situava esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,844, seguida de Renda, com índice de 0,679, e de Educação, com índice de 0,580.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - São José da Bela Vista - SP

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,206	0,420	0,580
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	16,88	27,22	39,15
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	21,98	52,51	94,99
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	48,20	76,58	89,75
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	11,32	49,99	67,20
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	9,67	29,16	30,57
IDHM Longevidade	0,728	0,751	0,844
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,65	70,05	75,61
IDHM Renda	0,643	0,622	0,679
Renda per capita (em R\$)	438,31	384,22	548,31

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Evolução entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,581 em 2000 para 0,693 em 2010, representando uma taxa de crescimento de 19,28%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,27% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação: crescimento de 0,160), seguida por Longevidade e por Renda.

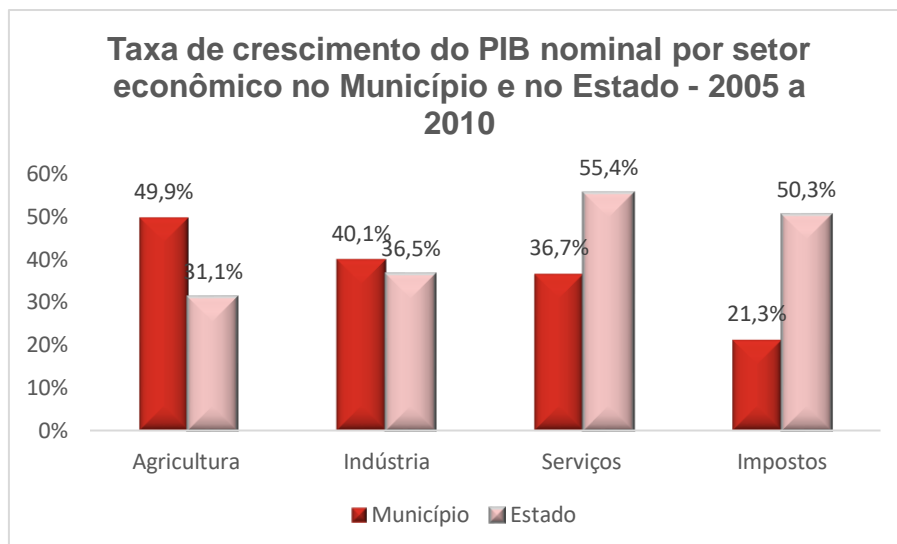
1.3. PRODUÇÃO ECONÔMICA

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 39,3%, passando de R\$ 87,0 milhões para R\$ 121,2 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,2%.



Fonte: www.mds.gov.br

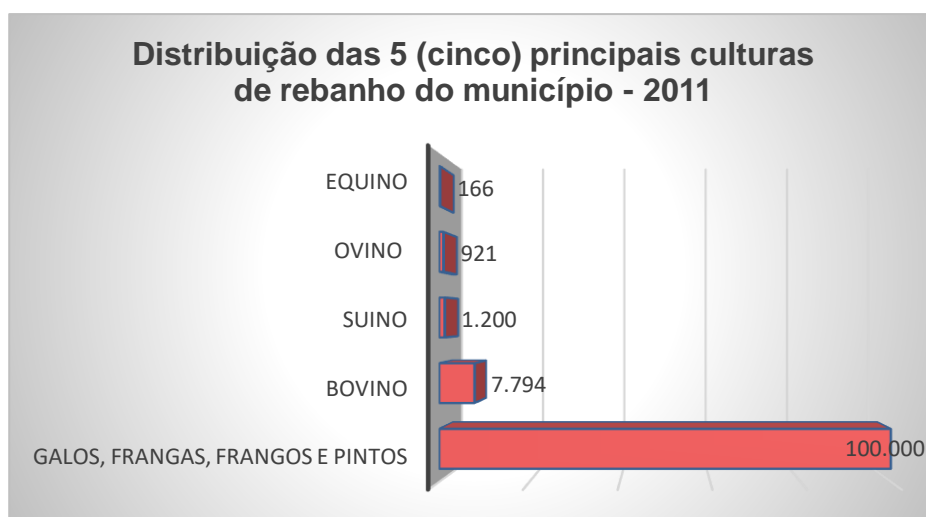
A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 44,8% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 26,8% em 2010, contra 26,6% em 2005, em variação contrária à verificada no Estado, já que a participação industrial decresceu de 26,6% em 2005 para 24,4% em 2010.



Fonte: www.mds.gov.br

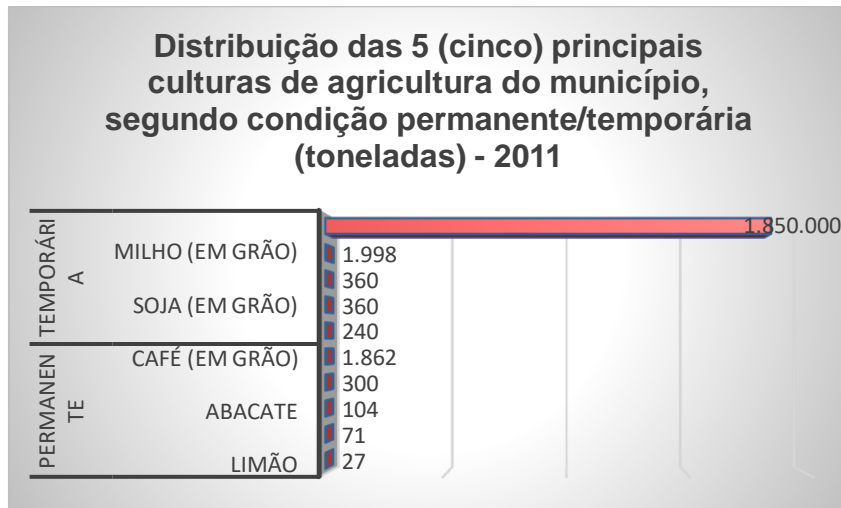
1.3.1. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Ao analisarmos os aspectos econômicos do município, é importante considerar, dentre outros fatores a sua capacidade de geração de renda, através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. Na pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas abaixo:



Fonte: www.mds.gov.br

No caso da Agricultura, a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referente a 2011, elencam as principais culturas de agriculturas do município, entre permanentes e temporárias conforme demonstra o gráfico abaixo:

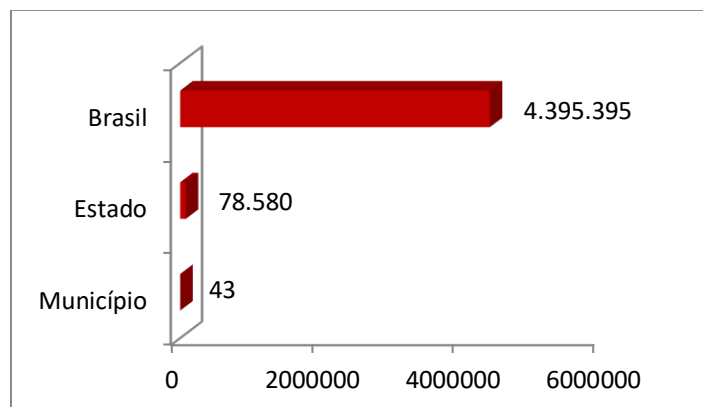


Fonte: www.mds.gov.br

1.3.2. Agricultura familiar

O município possuía 181 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 49% dos seus produtores. Atualmente, são 43 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao Estado e ao Brasil:

Agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.4. MERCADO DE TRABALHO

De acordo com os dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 4.115 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 3.810 estavam ocupadas e 304 desocupadas. A taxa de participação ficou em 58,9% e a de desocupação foi de 7,4%.

A taxa de desemprego era igual a do Estado em 2010:



Fonte: www.mds.gov.br

Das pessoas ocupadas, 67,4% tinham carteira assinada e 14,3% não eram registradas; 14,8% atuavam por conta própria e 0,6% eram empregadores. Não havia servidores públicos estatutários cadastrados e trabalhadores sem rendimentos e na produção para próprio consumo representavam 2,9% dos ocupados.



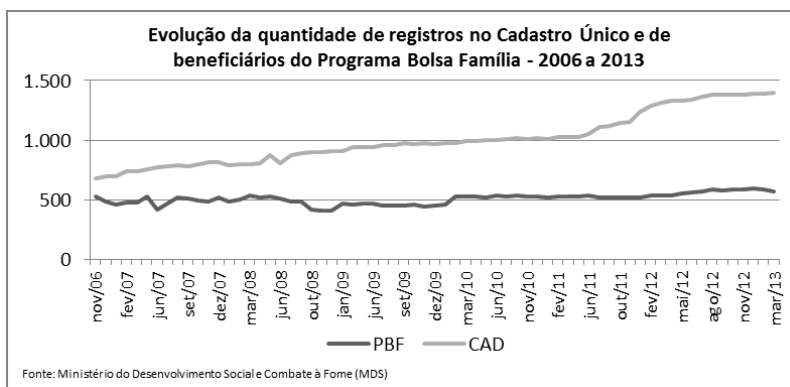
Fonte: www.mds.gov.br

Das pessoas ocupadas, 3,3% não tinham rendimentos e 30,5% tinham uma renda mensal de até um salário mínimo. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 906,62. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.111,30 e entre as mulheres de R\$ 637,03, registrando uma diferença de 74,45% maior para os homens.

1.5. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

De acordo com os dados do último Censo Demográfico do Município, 221 pessoas se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, significando que 2,6% da população municipal viviam nessa situação.

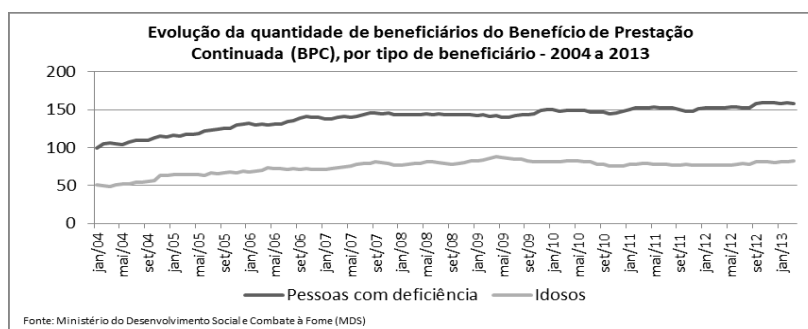
Conforme os registros de março de 2013 no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (MDS) e a folha de pagamentos de abril de mesmo ano do Programa Bolsa Família, o município contava com 1.412 famílias registradas no Cadastro Único e 570 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (40,66% do total de cadastrados). O gráfico abaixo mostra a evolução desses cadastros.



Fonte: www.mds.gov.br

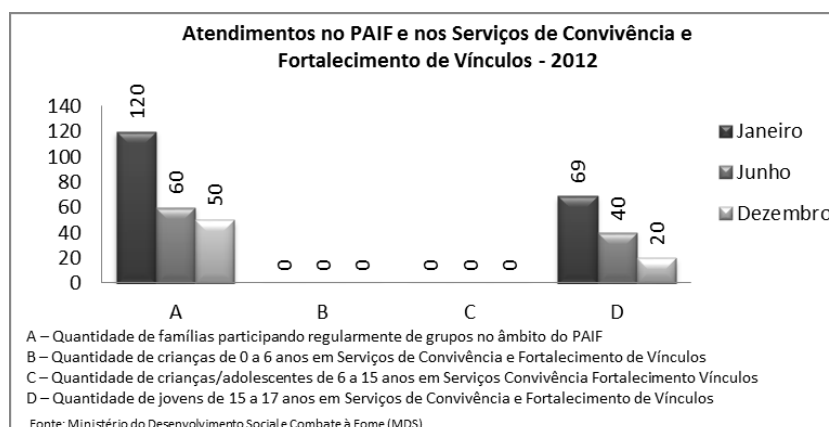
1.6. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial são elementos importantes para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. Em nosso município, o gráfico abaixo contrasta informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC, considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário.



Fonte: www.mds.gov.br

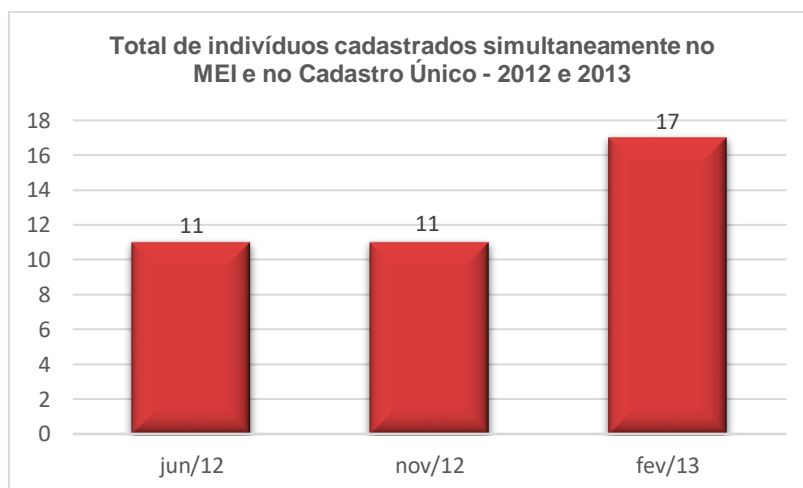
A Assistência Social desenvolve também diversos tipos de programas, ações e atendimentos, essencialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo, apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no CENSO SUAS (Serviço Único de Assistência Social) do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) para o Desenvolvimento Social.



Fonte: www.mds.gov.br

1.7. INCLUSÃO PRODUTIVA

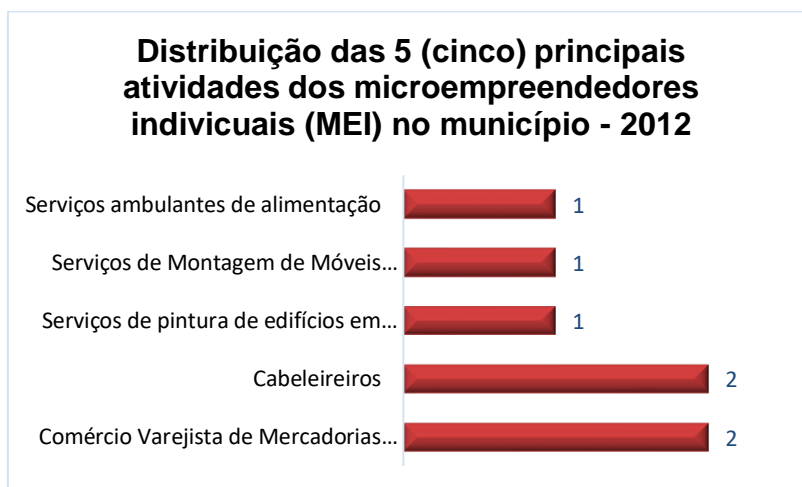
Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no programa Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 64 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013.



Fonte: www.mds.gov.br

Ao considerarmos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no Programa MEI, foi possível observar, em nosso município,

as cinco principais atividades econômicas desenvolvidas por estas pessoas, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: www.mds.gov.br

1.8. SAÚDE

O número de óbitos infantis foi de 4 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 7.037 crianças, sendo que a taxa de mortalidade infantil foi de 11,6 crianças a cada mil nascimentos.

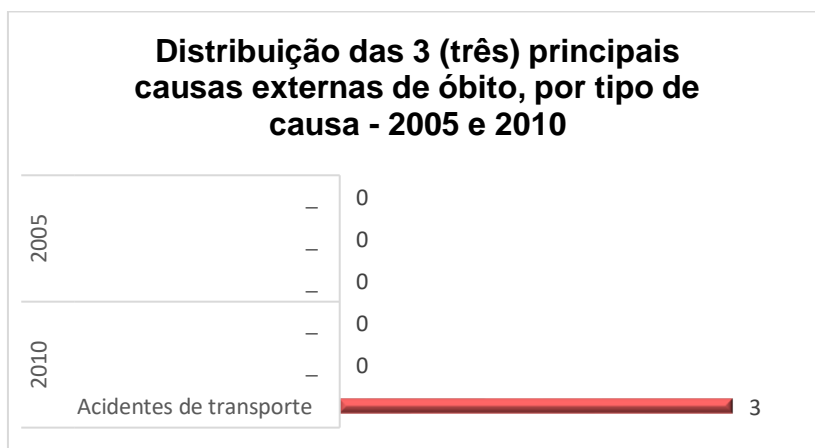
Na população como um todo, as cinco principais causas de morbidade hospitalar em 2012 eram gravidez e parto puerpério, doenças do aparelho digestivo, lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, doenças no aparelho respiratório, doenças no aparelho circulatório.



Fonte: www.mds.gov.br

A principal causa externa de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, acidentes de

transportes.



Fonte: www.mds.gov.br

As condições de saneamento e serviços correlatos do município interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural**, a coleta de lixo atendia a 88,1% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 96,0% dos domicílios particulares permanentes, e 31,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:



Fonte: www.mds.gov.br

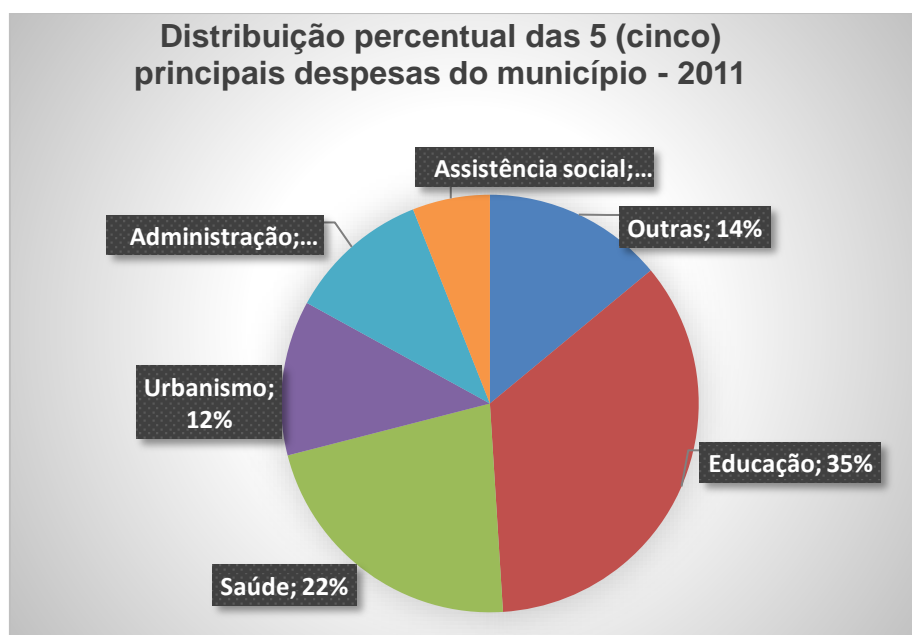
1.9. FINANÇAS PÚBLICAS

A receita orçamentária do município passou de R\$ 6,9 milhões em 2005

para R\$ 11,9 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 72,3% no período ou 14,56% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 5,87% em 2005 para 3,86% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção passou de 39,73% para 37,46%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 39,08% da receita orçamentária em 2005 para 35,51% em 2011. Essa dependência foi superior à registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 8,16% em 2011.

As despesas com administração, educação, transporte, saúde e urbanismo foram responsáveis por 86,83% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 7,02% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 4,21%.



Fonte: www.mds.gov.br

1.10. RECURSOS HUMANOS

A administração Municipal conta com 415 servidores, dos quais 193 são profissionais que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino

Fundamental e são regidos pela CLT(Consolidação das Leis Trabalhistas).

1.11. RECURSOS FINANCEIROS DA EDUCAÇÃO

Receitas (R\$)		Recursos para a Educação		Outras Receitas		Recursos Educação	
FPM	5.339.356,05	5%	266.966,78	ICMS _{C/P}	4.707.422,60	5%	235.371,13
IOF	0,00	-	--	IPVA _{C/P}	391.693,82	5%	19.584,69
LC 87/96	23.756,16	5%	1.187,80	ITR _{C/P}	196.057,05	5%	9.802,85
CIDE	2.061,14	-	--	IPTU _{C/P}	282.579,76	25%	70.644,94
FUNDE B	3.975.035,30	100%	3.975.035,30	Total	5.577.753,23		335.403,61
Total	9.340.208,65	100%	4.243.189,88				

Fonte: STN – Transferências constitucionais, ano 2014.

Recursos totais da Educação		Salário do professor	
Fontes	Valores (R\$)	Nível Médio 30h	R\$1.327,59
Transferências constitucionais	4.243.189,88	Nível superior 26h	R\$ 1.324,32
Outras receitas	335.403,61	<i>Folha de Pagamento somente Educação:</i>	
Salário educação	580.000,00	<i>R\$ R\$ 76.012,53</i>	
Total	5.158.593,49	<i>Fonte: Secretaria de Administração da Prefeitura de São José da Bela Vista</i>	

Valor Aluno/Ano no Estado: R\$ 3.660,44

Etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino		Fatores de ponderação*	Valores (R\$)
Creche em tempo integral	Pública	1,20	4.413,50
Pré-escola em tempo integral	Conveniada	0,90	3.374,50
	Pública	1,20	4.413,50
		0,93	3.395,00

Creche em tempo parcial	Conveniada	0,75	2.716,00
Pré-escola em tempo parcial		0,93	3.395,00
Anos iniciais do ensino fundamental	Urbano	0,93	3.395,00
	no campo	1,06	3.904,25
Anos finais do ensino fundamental	Urbano	1,02	3.734,50
	no campo	1,10	4.074,00
Ensino fundamental em tempo integral		1,20	4.413,50
Ensino médio	Urbano	1,15	4.243,75
Ensino médio	no campo	1,20	4.413,50
Ensino médio em tempo integral		1,20	4.413,50
Ensino médio integrado à educação profissional		1,20	4.413,50
AEE		1,10	4.074,00
Educação especial		1,10	4.074,00
Educação indígena e quilombola		1,10	4.074,00
EJA com avaliação no processo		0,75	2.716,00
EJA integrada à EP nível médio, com avaliação no processo		1,10	4.074,00

Fonte: <http://www.fnde.gov.br>

PROGRAMAS FNDE

Valores repassados ao Município em

Programa	2014 (R\$)
PNATE	19.662,48
PDDE custeio	8.198,00
capital	18.962,00
PNAE	209.680,00

<https://www.fnde.gov.br>

2.PANORAMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO

2.1. INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2007	5	2.226	66	64
2008	5	2.201	70	64

Ano	Estabelecimentos	Matrículas	Docentes	Turmas
2009	5	2.203	81	64
2010	5	2.123	72	69
2011	5	1.990	76	72
2012	5	2.014	86	78
2013	6	2.034	77	83
2014	6	1.963	95	83

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

a) Número de escolas no Município em 2014

Escolas Estaduais	01
Escolas Municipais EF Anos Iniciais	01
Pré-escolas Municipais	02
Creches Municipais	02
Total	06

Fonte: Censo Escolar/2014

b) Número de Matrículas – 2014

Creche integral	170
Pré-Escola parcial	128
Pré-Escola integral	106
EF anos iniciais urbano(Rede Municipal) parcial	631
Educação Especial anos iniciais(Rede Municipal)	07
EJA –EF anos iniciais	12
Total Rede Municipal	1.054
EF anos finais (Rede Estadual)	529
Educação Especial anos finais (Rede Estadual)	19
Ensino Médio (Rede Estadual)	358
Educação Especial Ensino Médio (Rede Estadual)	3
Total Geral	1.963

Fonte: Censo Escolar/2014

c) Censo Populacional 2010

- População 0 a 3 anos:
- População 0 a 3 anos na escola:
- População 4 e 5 anos:
- População 6 a 14 anos:
- População 15 a 17 anos:

- Fonte - IBGE/Censo Populacional 2010

2.2. NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO

a) Número de escolas municipais - 2014

Escolas urbanas	05	02 escolas maternas, 02 pré-escolas, 01 escola com EF anos iniciais,
Escolas rurais	00	
Total	05	

Salas: 39 salas estão em prédios municipais, todas estão em uso.
(Fonte: Censo Escolar/2013: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar>)

b) Número de Matrículas – 2015

Creche integral	161
Pré-Escola parcial	45
Pré-Escola integral	153
EF anos iniciais urbano (Rede Municipal) parcial	635
Educação Especial anos iniciais (Rede Municipal)	01
EJA – EF anos iniciais	00
Total Rede Municipal	995
EF anos finais (Rede Estadual)	516
Educação Especial anos finais (Rede Estadual)	15
Ensino Médio (Rede Estadual)	357
Educação Especial Ensino Médio (Rede Estadual)	00
Total Rede Estadual	888
Total Geral	1.853

Fonte: Secretaria Municipal De Educação

2.3. PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS - PROFESSORES

Com contrato temporário 23

Efetivos	68
----------	----

Total	91
-------	----

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal

RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO -2014

Total de matrículas	1054
Total de professores	91
Relação professor/aluno	1/11,5

FONTE: Secretaria Municipal de Administração

2.4. JORNADA DE TRABALHO DOS PROFESSORES

Professor de Educação Infantil: 30 horas/semanais

Professor de Educação Básica I:30 horas/ semanais

Professor de Educação Básica II: 26 horas/semanais

2.5 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO

2.5.1. Alimentação escolar

A Merenda Escolar é centralizada e distribuída nas unidades escolares. A Rede Municipal possui duas Nutricionistas, responsáveis pela elaboração de cardápio e pelo acompanhamento de sua execução.

O trabalho da Merenda Escolar é ainda fiscalizado, acompanhado e assessorado pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, composto por representantes do Executivo, Legislativo, Professores, Pais de Alunos e Sociedade Civil. Com reuniões anuais, o Conselho de Alimentação Escolar acompanha todo o processo de utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE e zela pela qualidade da merenda oferecida aos alunos.

São atendidas escolas públicas municipais e estaduais, num total de 2.296 refeições diárias.

2.5.2. Transporte escolar

O transporte escolar é oferecido “ao aluno que resida em locais com constatadas barreiras físicas ou quaisquer entraves ou obstáculos no caminho até a escola, que limitem ou impeçam o acesso, a liberdade ao movimento, a circulação com segurança e a integridade do aluno”, de forma a garantir que todos os alunos tenham acesso à escola e a escolarização. Também, o transporte é garantido aos alunos de inclusão, cujas deficiências estão previstas pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Atualmente, atende 159 alunos da zona rural.

3. METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE”.

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola - taxa de atendimento (censo demográfico)

Ano	Crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola	
2013	27,64%	158

Fonte: www.seade.gov.br

Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)

Ano	Crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola
2013	85,50% 241

Fonte: www.seade.gov.br

Indicador 1A - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola
Situação do Município em 2014: **88,60%**

Indicador 1B- Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola
Situação do Município em 2014: **11,40%**

População de 0 a 3 anos: 472

População de 0 a 3 anos na escola: 170

População de 4 e 5 anos: 264

População de 4 e 5anos na escola: 234

ESTRATÉGIAS:

1.1. Com relação ao atendimento previsto por essa meta, o município atende 85,50% a demanda de crianças de 4 e 5 anos e 27,64% das matrículas de crianças de 0 a 3 anos.

1.2. Condições para a melhoria do atendimento:

Reformas:

- EMEB Nestor Damando, reforma geral e ampliação de salas. Aquisição de mobiliários e brinquedos pedagógicos.
- Creche Maria Dionísia Barcellos, pintura geral do prédio. Aquisição de brinquedos.
- EMEB João Justino de Medeiros e São José EMEB Creche Escola, mudança de prédio em construção, no Jardim Primavera

1.3. Em regime de colaboração entre União, Estado e Município, e respeitando as normas de acessibilidade realizar a expansão, reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil com vistas à melhoria da rede física de creches e pré-escolas;

1.4. Garantir o acesso à educação infantil;

1.5. Implementar por meio da articulação das secretarias de educação, saúde e serviço social, programas de orientação e apoio às famílias, focando o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 3 anos de idade;

1.6. Garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.7. Promover, a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de zero até 3 (três) anos;

1.8. Estimular o acesso à educação infantil, em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.9. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários do programa bolsa família, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

“Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos

95%(noventa e cinco por cento) dos alunos concluíam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”.

Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)

Ano	Crianças de 6 a 14 anos que frequentam a escola
2013	90,35% 1.267

Fonte: www.seade.gov.br

Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Distorção Idade-Série
2006	7,2
2007	6
2008	6,7
2009	5,1
2010	7,2
2011	9,7
2012	7,3
2013	7,1

Fonte: MEC/Inep/DEED/CSI

Indicador 2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola. Situação do município em 2014: **81,36%**

Indicador 2B -Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído. Situação do município em 2014: **70,70%**

FLUXO 2013

Taxa de Aprovação

Ensino Fundamental	Urbano
1º ano	98,4
2º ano	99,2

Taxa de Abandono

Ensino Fundamental	Urbano
1º ano	0,8
2º ano	--

3º ano	75,7
4º ano	97,0
5º ano	86,9
6º ano	94,7
7º ano	94,2
8º ano	91,0
9º ano	86,3

Fonte: Censo Escolar/2013

3º ano	--
4º ano	--
5º ano	--
6º ano	2,3
7º ano	2,2
8º ano	4,1
9º ano	4,8

Fonte: Censo Escolar/2013

Ensino	Urbano
Médio	
1º ano	76,1
2º ano	82,8
3º ano	89,5

Fonte: Censo Escolar/2013

Ensino	Urbano
Médio	
1º ano	8,7
2º ano	14,7
3º ano	10,5

Fonte: Censo Escolar/2013

DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE

	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio
Total	7,1	23,1	20,1
Rural	-	-	-
Urbano	7,1	23,1	20,1

(Fonte: Censo Escolar/2013: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar>)

ESTRATÉGIAS:

2.1. O município atende integralmente à demanda da população de 6 a 14 anos;

2.2. Condições para a melhoria do atendimento;

Reformas:

-EMEB José Renato Nogueira Ambrósio, pintura geral do prédio e reforma dos anexos.

2.3. Garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação fundamental, em especial dos

beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

2.4.Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação do Ensino Fundamental, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de zero até 3(três) anos;

2.5.Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.6.Promover o acompanhamento individual dos alunos com dificuldade de aprendizagem;

2.7. Identificar motivos de ausência, baixa frequência e evasão;

2.8 .Promover a busca ativa de crianças fora da escola;

2.9.Garantir de transporte aos alunos de zonas rurais pela aquisição de veículos para esse fim com recursos próprios ou provenientes de parcerias com a União ou Estado e que poderá ser terceirizado no todo ou em parte de acordo com a conveniência;

2.10.0 Programa de aquisição de equipamentos para escolas;

2.11. Proceder, no prazo de um ano o mapeamento das crianças fora da escola, visando localizar a demanda e universalizar a oferta do ensino obrigatório;

2.12. Estabelecer parâmetros que visem à qualidade do ensino realizado na Rede Municipal de Ensino, apoiados no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, assegurando que todas as escolas de educação infantil construam o seu projeto político pedagógico de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

META 3 – ENSINO MÉDIO

“Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) ”.

Ano	Crianças de 15 a 17 anos que frequentam a escola	
	2013	58,19%

www.seade.gov.br

Indicador 3A- Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

Situação do município em 2014: **77,18%**

Indicador 3B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.

Situação do município em 2014: **56,50%**

ESTRATÉGIA:

3.1. Colaborar na busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência do município;

3.2. Garantir o fornecimento da merenda escolar e transporte aos alunos residentes na zona rural.

META 4 – INCLUSÃO

“Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns

Ano	Classes Especiais	Escolas Exclusivas	Classes Comuns
2007	0%	0	100% 41
2008	0%	0	100% 40
2009	0%	0	100% 40
2010	0%	0	100% 37
2011	0%	0	100% 21
2012	0%	0	100% 27
2013	0%	0	100% 27

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Situação do Município em 2014: **56,50%**

- População 04 a 17 anos com dificuldade declarada: 39 pessoas
- População 04 a 17 anos com dificuldade declarada, atendida: 32 pessoas.

ESTRATÉGIAS:

- 4.1.Fomentar a formação continuada de professores de educação especial;
- 4.2. Manter adequada a oferta de vagas de educação especial nas redes públicas;
- 4.3. Atender ao programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas promovendo a adequação arquitetônica necessária;
- 4.4.Disponibilizar material didático acessível e recursos de tecnologia;
- 4.5.Garantir, contratação de professor interlocutor para atendimento aos alunos portadores de deficiência auditiva;
- 4.6. Assegurar a contratação de professor-cuidador, quando o grau de deficiência assim o exigir;
- 4.7. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.8. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.9. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.10. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.11. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.12. Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim

de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.13. Garantir aos alunos com doenças evasivas o transporte escolar aos municípios vizinhos para frequentarem instituição especializada.

META 5:ALFABETIZAÇÃO

“Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. ”

Porcentagem de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com Superior completo e com Pós-graduação

Ano	Com superior completo	Com pós-graduação	Stricto Sensu	
2007	70,6%	12	0%	0
2008	70,6%	12	0%	0
2009	81,8%	27	0%	0
2010	90,9%	20	0%	0
2011	95%	19	0%	0
2012	96,2%	25	0%	0
2013	100%	23	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

INDICADOR 5 – Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.

Situação do Município em 2014: **100,00%**

Fonte –Cadastro de Alunos da Secretaria Estadual de Educação do Estado de S.Paulo

- População de até 14 anos que está matriculada no 4º ano e foi declarada alfabetizada: 92 pessoas
- população de até 14 anos que está matriculada no 4º ano: 92 pessoas

ESTRATÉGIAS:

- 5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2. Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;
- 5.6. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de determinabilidade temporal;
- 5.7. Oferecer condições para garantir a alfabetização dos alunos com dificuldades de aprendizagem, implantando aulas de reforço no contra turno;

5.8. Assegurar frequência dos alunos para melhor rendimento na aprendizagem, buscando parceiros como o Conselho Tutelar e Ministério Público;

5.9. Implantação do Núcleo de apoio e acompanhamento para a aprendizagem (NAAPA).

META 6 – EDUCAÇÃO INTEGRAL

“Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.”

Porcentagem de matrículas na rede pública em tempo Integral na Educação Básica *Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio*

Ano	Todas as redes	
2011	10%	197
2012	9,7%	194
2013	13,7%	276

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio / Rede

Ano	Pública		Privada	
2011	10%	197	0%	0
2012	9,7%	194	0%	0
2013	13,7%	276	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Indicador 6A - Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Situação do Município: **66.66%**

Indicador 6B - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Situação do Município: **19,15%**

Fonte: Censo Escolar/2014: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar>

- Número de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares: 04 escolas

- Número total de escolas públicas: 06 escolas
- Número de alunos de escolas públicas que permanecem ao menos 7h em atividades escolares: 376 alunos
- Número total de alunos de escolas públicas: 1.963 alunos (sem matrículas EJA).

ESTRATÉGIAS:

6.1. Garantir sete ou mais horas diárias ao alunado durante o ano letivo, buscando atender a pelo menos vinte e cinco por cento dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa; dotar essas escolas de completa infraestrutura, para que possam atender satisfatoriamente o programa, assim como adquirir os materiais didáticos necessários para a educação em tempo integral;

6.2. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da aquisição de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.3. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinemas;

6.4. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola;

6.5. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.6. Para ampliar as possibilidades de oferta de atividades em horário integral, aderir ao Programa Mais Educação.

META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA/IDEB

“Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Município	IDEB Observado					Projeções							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
SAO JOSÉ DA BELA VISTA	4.1	3.9	4.6	4.7	4.5	4.1	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2

Fonte: ideb.inep.gov.br/resultado

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental

Município	IDEB Observado					Projeções							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
SAO JOSÉ DA BELA VISTA	3.3	3.8	3.9	3.3	4.1	3.3	3.5	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3

ESTRATÉGIAS:

- 7.1. Apoio técnico e financeiro voltados para a melhoria da gestão educacional, à formação de professores e de pessoal operacional e da melhoria da infraestrutura escolar;
- 7.2. Acompanhar e divulgar bianualmente, os resultados do IDEB nos sistemas de ensino da União, Estados e Municípios;
- 7.3. Proporcionar assistência técnico-pedagógica às escolas que não conseguirem atingir os respectivos IDEB;
- 7.4. Aprimorar os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental;
- 7.5. Garantir, através de convênio com o Estado, o transporte gratuito para todos os estudantes da educação da zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação da frota de veículos;
- 7.6. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;
- 7.7. Fomentar tecnologias educacionais e inovações das práticas pedagógicas no sistema de ensino para assegurar a melhoria da aprendizagem do alunado;
- 7.8. Atendimento ao estudante em todas as etapas da educação básica, aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos às escolas;
- 7.9. Garantir fornecimento de transporte escolar gratuito a todos os alunos da zona rural, alimentação e assistência à saúde;
- 7.10. Implantação do Núcleo de apoio e acompanhamento para a aprendizagem (NAAPA);
- 7.11. Realizar anualmente, avaliação interna e externa do trabalho pedagógico, de preferência, no início de cada ano letivo, a fim que os resultados possam subsidiar diagnósticos e planejamento do trabalho pedagógico.

META 8 – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE

“Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. ”

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de alunos de 18 a 29 anos

Ano	EJA - 18 a 29 anos
2007	167
2008	167
2009	92
2010	46
2011	7
2012	2
2013	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

ESTRATÉGIAS:

8.1. Garantir o fornecimento de transporte escolar gratuito aos alunos que estejam fora da escola e com defasagem idade-série para frequentarem programas de alfabetização de jovens e adultos em municípios vizinhos.

META 9 – ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

“Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. ”

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública

Ano	Total	Até 17 anos	De 18 a 29 anos	De 30 a 59 anos	60 anos ou mais
2007	394	82	167	142	3
2008	366	76	167	120	3
2009	229	41	92	93	3
2010	104	14	46	43	1
2011	23	0	7	14	2
2012	13	0	2	9	2
2013	14	0	1	12	1

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Indicador 9 A – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Situação do município em 2014: **78.96%**

Indicador 9 B- Taxa de analfabetismo funcional da população de 15anos ou mais de idade.

Situação do Município em 2014: **10,51%**

Fonte - IBGE/Censo Populacional 2010

População com 15 anos ou mais de idade que foi declarada alfabetizada: 5.812 pessoas

População com 15 anos ou mais de idade: 6.495 pessoas

População com 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo: 683 pessoas

ESTRATÉGIAS:

9.1.Garantir o funcionamento do projeto de alfabetização de jovens e adultos nos anos iniciais do Ensino Fundamental para maiores de 14 anos que não concluíram o ensino fundamental na idade adequada;

9.2.Garantir o fornecimento de transporte escolar gratuito e merenda escolar.

META 10 – EJA INTEGRADA

“Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”

Porcentagem de matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, integradas à Educação profissional

Ano	Total	
2007	0%	0
2008	0%	0
2009	0%	0
2010	0%	0
2011	0%	0
2012	0%	0
2013	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Indicador 10– Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Situação do município em 2014: **0,0%**

ESTRATÉGIAS:

10.1. O município não oferece essa modalidade de ensino;

10.2. Firmar parcerias na modalidade de ensino médio com a ETEC, cedendo espaço físico, fornecendo merenda escolar, transporte escolar, equipamentos e funcionários para o funcionamento dos cursos.

META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

“Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. ”

Matrículas de Educação Profissional Técnica

Ano	Total
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	0
2013	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

ESTRATÉGIAS:

11.1.O município não oferece essa modalidade de ensino;

11.2. Oferecer transporte para os alunos que frequentarem a ETEC em municípios próximos.

META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

“Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. ”

ESTRATÉGIAS:

12.1. Garantir a colaboração do município firmando parcerias com as universidades, oferecendo descontos nas mensalidades;

12.2. Adquirir com ajuda financeira do FNDE veículos para o transporte escolar de alunos oriundos da zona rural e do próprio município para outro município onde exista instituição que ofereça ensino superior, para elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior.

META 13 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

“Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. ”

ESTRATÉGIAS:

13.1. Incentivar a qualidade da educação superior, firmando parcerias com as Universidades oferecendo descontos nas mensalidades, além do transporte gratuito;

13.2. Adquirir com ajuda financeira do FNDE veículos para o transporte escolar de alunos oriundos da zona rural e do próprio município para outro município onde exista instituição que ofereça ensino superior, para elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior.

META 14 – PÓS-GRADUAÇÃO

“Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. ”

ESTRATÉGIAS:

14.1. Garantir a concessão da progressão funcional, via acadêmica, conforme Plano de Carreira do Magistério, incentivando a formação acadêmica do profissional do magistério.

META 15 – PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

“Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. ”

ESTRATÉGIAS:

15.1. Garantir, meios de acesso aos cursos instalados em cidades vizinhas, gratuitamente;

15.2. Garantir parcerias com as instituições universitárias, oferecendo desconto nas mensalidades;

15.3. Garantir a concessão da progressão funcional, via acadêmica, conforme Plano de Carreira do Magistério, incentivando a formação de nível superior específica.

META 16 – FORMAÇÃO PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO

“Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação

continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. ”

Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação

Ano	Total do indicador	
2007	5,6%	4
2008	9,8%	8
2009	15,1%	16
2010	13,4%	13
2011	14,6%	13
2012	14,1%	14
2013	6,4%	6

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Indicador 16 -Percentual de professores da educação básica com pós-graduação. Lato sensu ou stricto sensu.

Situação do Município: **36,26%**

Número de funções docentes na educação básica com pós-graduação lato ou stricto sensu: **33**

Número total de funções docentes na educação básica: **91**

ESTRATÉGIAS:

16.1. Garantir a concessão da progressão funcional, via acadêmica, conforme Plano de Carreira do Magistério, incentivando a formação acadêmica do profissional do magistério.

META 17 – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

“Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. ”

ESTRATÉGIAS:

17.1.Acompanhamento da atualização do piso salarial para todos os professores da educação básica atendendo a Lei do Piso Salarial, Lei 11.738 de 16 de julho de 2008 e a valorização dos salários dos profissionais.

META 18 – PLANOS DE CARREIRA

“Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. ”

ESTRATÉGIAS:

18.1.Garantir que 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo;

18.2. Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, para subsidiar os órgãos competentes na revisão dos Planos de Carreira existentes;

18.3. Revisar, no prazo máximo de dois anos, o Plano de Carreira existente.

META 19 – GESTÃO DEMOCRÁTICA

“Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”

Existência de instrumentos de Gestão Democrática nos municípios

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

ESTRATÉGIAS:

19.1. Incentivar participação aos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.2. Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais;

19.3. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.4. Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.5. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

META 20 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

“Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.”

ESTRATÉGIAS

20.1. Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da destinação das verbas da educação;

20.2. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado pelo Conselho Municipal de Educação e técnicos da Secretaria Municipal de Educação, garantindo a participação de representantes dos diferentes segmentos sociais, durante o período de 10 anos, através de reuniões anuais.

Ao término do 5º ano de vigência deste Plano, será realizada uma Audiência Pública para avaliar o desenvolvimento do mesmo, adequando as estratégias às novas demandas do município.

Os objetivos e as metas contidos neste Plano somente alcançarão êxito se entendidos como concepção e acolhimento por toda sociedade local como Plano de Governo, principalmente, pela clientela intra e extra-escolar.

REFERÊNCIAS

Lei nº 13.005 de 24 de junho de 2014

IBGE < <http://www.ibge.gov.br>>

INEP < <http://www.portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>>

MINISTÉRIO DA FAZENDA <<http://www3.tesouro.fazendo.gov.br>>

<http://www.aplicacoes.mds.gov.br/sagi/rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=249>

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

<http://www.ideb.inep.gov.br/>

<http://www.observatoriodopne.org.br>

<http://www.seade.gov.br>

<http://www.fnde.gov.br>

<http://www.mds.gov.br>